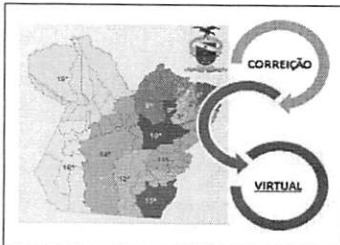


NO. PROCESSO: 2018.7.005407-5



RELATÓRIO



SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR

Data Cadastro: 25/09/2018

CLASSE: ...: CORREIÇÃO VIRTUAL

Partes

REQUERENTE - CORREGEDORIA DE JUSTICA DAS COMAR

ENVOLVIDO - COMARCA DE TUCUMã

Comarca: Tucumã.

Unidade Judiciária: Vara Única da Comarca de Tucumã.

Magistrado: Haendel Moreira Ramos.

Diretor de Secretaria: Manoel Vargas Lucindo.

ANÁLISE DAS RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DE CONTROLE

1. SECRETARIA

1.1 A secretaria faz uso do módulo de tramitação interna no sistema de acompanhamento processual, de forma a facilitar sua localização?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se, em todos os processos analisados, que a unidade judiciária vem fazendo uso do módulo de tramitação interna no referido sistema.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

1.2 Existem processos pendentes de recebimento de tramitação externa, no sistema LIBRA?

Resposta da UJ: Sim.

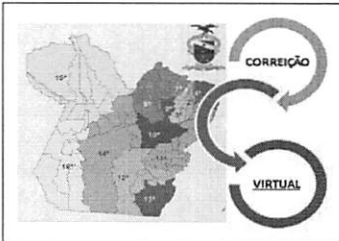
Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se, em todos os processos analisados, que a unidade judiciária vem sistematicamente fazendo uso do módulo de tramitação externa, tentando, desta forma, manter em dia o recebimento daquela.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

1.3 É observado o andamento prioritário dos processos e procedimentos de natureza urgente (réus presos, adolescentes infratores, idosos, etc.)?

Resposta da UJ: Sim.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que a unidade judiciária vem promovendo o andamento prioritário de todos os processos de natureza urgente analisados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

1.4 As informações de qualificação das partes são inseridas, complementadas e atualizadas no sistema?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que a unidade judiciária vem mantendo atualizadas as informações de qualificação das partes nos processos analisados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

1.5 No caso de processos de natureza penal, está sendo efetuado o registro de informações da filiação?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que em todos os processos de natureza penal analisados a unidade judiciária efetuou o registro das informações relativas à filiação das partes.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

2. AUDIÊNCIA

2.1 Há o registro do motivo de não realização de audiência, no campo OBSERVAÇÃO, no sistema?

Resposta da UJ: Sim.



Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que em todos os processos analisados que a unidade judiciária vem procedendo ao registro do motivo da não realização de audiências no campo OBSERVAÇÃO.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

2.2 Todas as audiências são designadas, cadastradas e acompanhadas no sistema pelo Gabinete/Secretaria, sendo observado o enquadramento dos tipos de audiência?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se em todos os processos analisados que as audiências designadas pela unidade judiciária estão sendo cadastradas e acompanhadas, bem como está sendo observado o enquadramento daquelas de acordo com o tipo.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

3. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 - Todos os atos processuais são lançados no sistema? (Ofícios, certidões, mandados, alvarás, etc.)?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que todos os atos processuais estão sendo lançados pela unidade judiciária.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

3.2 - Os Mandados de Prisão, Alvarás de Soltura e as Guias de Execução (provisórias e definitivas) são cadastrados no sistema, com transmissão eletrônica? (Provimento Conjunto nº 009/2014 e 005/2015)?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que todos os documentos acima elencados encontram-se cadastrados nos processos analisados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

3.3 - Os eventos de prisão e soltura de réus, com suas respectivas datas, são cadastrados no sistema LIBRA?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que todas as prisões e solturas de réus nos processos analisados encontram-se devidamente cadastrados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

3.4 - A sentença criminal condenatória, transitada em julgado, é comunicada à Justiça Eleitoral?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

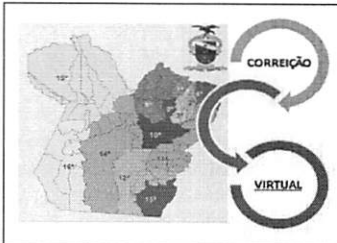
Avaliação da questão pela CJCI: Não foi constatada a ausência de comunicação de sentença condenatória criminal transitada em julgado à Justiça Eleitoral em nenhum dos processos analisados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

3.5 - Os atos processuais ordinatórios são cadastrados no sistema?

Resposta da UJ: Sim.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'C' followed by a horizontal line and a small flourish.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que todos os atos ordinatórios praticados nos processos analisados encontram-se devidamente cadastrados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

3.6 - Os prazos para realização dos atos processuais são cumpridos pela secretaria?

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Considerando a pequena quantidade de servidores na secretaria judicial, se prioriza o cumprimento de atos urgentes, e, acessoriamente os demais atos, oportunamente.

Avaliação da questão pela CJCI: Em alguns dos processos analisados, observou-se grande lapso temporal para cumprimento dos atos processuais.

Recomendações: Deve o diretor de Secretaria, sob a supervisão do magistrado responsável pela Vara, buscar soluções que otimizem o serviço a ser desempenhado, de forma a cumprir os atos processuais nos prazos legais.

3.7 - Há processos de adolescentes infratores internados sem a guia de internação expedida (provisória ou definitiva)?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, não foram encontrados processos com adolescentes infratores internados sem a expedição da respectiva guia de internação pela unidade judiciária.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

4. DEPÓSITOS JUDICIAIS

4.1 - Os procedimentos de depósitos judiciais estão sendo realizados por meio do sistema informatizado de Depósito Judicial?



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se nos processos analisados que a unidade judiciária utilizou o sistema informatizado de Depósito Judicial para os procedimentos respectivos.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

4.2 - Existem processos com depósitos judiciais há mais de três anos sem movimentação?

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se a existência de diversas subcontas paralisadas há mais de três anos.

Recomendações: A unidade judiciária deve observar o disposto no art. 2º, § 2º, da Lei Estadual nº 6.750, de 19.05.2005, devendo, nesse sentido, regularizar as pendências existentes no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da cópia do presente relatório.

5. DEPÓSITOS JUDICIAIS

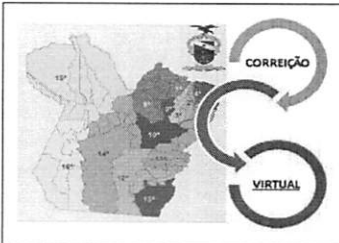
5.1 - As cartas precatórias expedidas são devidamente lançadas no sistema, informando sobre o seu cumprimento e a indicação do juízo deprecado?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que as cartas precatórias expedidas foram lançadas no

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'S' followed by a horizontal line and a flourish.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

sistema, contendo informações acerca de seu cumprimento, bem como a indicação do juízo deprecado.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

5.2 - Existem cartas precatórias recebidas e ainda não devolvidas, com prazo excedido?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Considerando a grande quantidade de Cartas Precatórias distribuídas, e, existindo somente dois Oficiais de Justiça para o cumprimento das diligências deprecadas, ocorre, em algumas precatórias, excesso de prazo para o seu cumprimento.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se a existência de cartas precatórias recebidas e ainda não devolvidas pela unidade judiciária. É o caso, por exemplo, dos processos nº 0002565-90.2014.8.14.0062, 0001385-68.2016.8.14.0062, e 0000064-61.2017.8.14.0062.

Recomendações: A unidade judiciária deve proceder ao imediato cumprimento e devolução das cartas precatórias recebidas, devendo regularizar todas as pendências nesse sentido existentes, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da cópia do presente relatório.

5.3 - Existem processos com Cartas Precatórias expedidas e ainda não devolvidas, e cujas reiterações devam ser feitas?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Tal carência existe em função do grande número de processos em tramitação e a pequena quantidade de servidores para o cumprimento de atos processuais. Oportunamente, as pendências são solucionadas.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se a existência de cartas precatórias expedidas pela unidade judiciária e ainda não recebidas. É o caso, por exemplo, dos processos nº



0004915-51.2014.8.14.0062, 0008067-39.2016.8.14.0062, e 0000864-32.2016.8.14.0062.

Recomendações: A unidade judiciária deve utilizar uma ferramenta de controle dos prazos de devolução das cartas precatórias expedidas, visando ao bom andamento dos processos que dependam da realização de diligências no juízo deprecado, devendo adotar todas as providências nesse sentido necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da cópia do presente relatório.

5.4 - A Secretaria está procedendo a entrega de Mandados Judiciais, via módulo de Central de Mandados, no sistema?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que a unidade judiciária realiza a entrega de mandados judiciais via módulo de Central de Mandados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

5.5 - Há controle de prazos, inclusive quanto ao tempo máximo de internação provisória, em processos de adolescentes infratores e também ao acolhimento institucional?

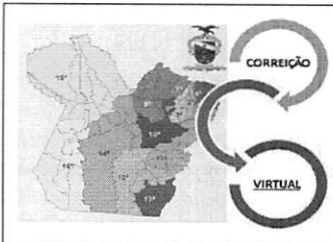
Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que a unidade judiciária realiza o controle do tempo máximo de internação provisória de adolescentes infratores, bem como de acolhimento institucional.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

5.6 - Há controle de prazos para o cumprimento de mandados por parte dos Oficiais de Justiça?



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que a unidade judiciária realiza o controle de prazo para o cumprimento de mandados judiciais por parte dos Oficiais de Justiça.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

6. ARQUIVAMENTO

6.1 - A secretaria busca a priorização de arquivamento de processos, tão logo eles estejam aptos e serem eliminados da contabilização ativa do acervo?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que a unidade judiciária busca priorizar o arquivamento de processos, assim que estejam aptos a serem eliminados da contabilização ativa de seu acervo.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

6.2 - Existem processos arquivados com apensos em situação diversa da do principal? (Processo "pai" e "filho").

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, não foram encontrados na unidade judiciária processos arquivados com apensos em situação diversa da do principal.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

7. PUBLICAÇÃO



7.1 - A resenha para publicação é feita diariamente, em observância às Resoluções nº 006/2005-GP e 014/2009?

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Devido à instabilidade do sistema libra e a internet obsoleta, as publicações são encaminhadas a partir de arquivos previamente elaborados com base nos atos pendentes de publicação.

Avaliação da questão pela CJCI: Verificou-se que a unidade judiciária não vem fazendo a resenha diariamente para publicação no Diário da Justiça eletrônico.

Recomendações: Deve a unidade judiciária procurar dar cumprimento às disposições contidas nas Resoluções nº 006/2005-GP e nº 014/2009-GP.

8. GABINETE

8.1 - Existem processos pendentes de recebimento na Tramitação Externa, no ambiente do sistema LIBRA?

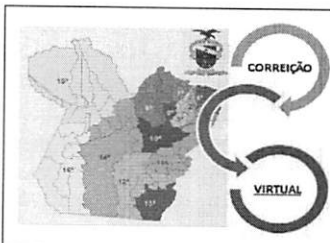
Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Processos tramitados ao Ministério Público, Defensoria Pública, carga externa para advogados, só recebem a baixa quando retornam à Secretaria. Alguns processos tramitados ao gabinete recebem baixa oportunamente, dado a pequena quantidade de servidores nele lotados.

Avaliação da questão pela CJCI: Verificou-se nos processos analisados que alguns deles haviam sido tramitados para o gabinete e não haviam sido recebidos no sistema.

Recomendações: Os processos tramitados para o gabinete devem ser imediatamente recebidos no sistema. Além disso, deve o magistrado responsável pela unidade judiciária estabelecer rotinas de modo a evitar que os processos permaneçam paralisados por bastante tempo no gabinete, sobretudo aqueles com prioridade legal de tramitação.

8.2 - O cadastramento dos despachos, decisões e sentenças é efetuado no sistema pelo Gabinete?



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que o cadastro dos despachos, decisões e sentenças é efetuado no sistema pelo gabinete do magistrado.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

9. METAS 2017

9.1 - META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos.

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Devido ao aumento no número de processos distribuídos, não foi possível superar em quantidade de sentenças prolatadas.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao portal das metas nacionais do TJPA, verificou-se que unidade judiciária não vem cumprindo a Meta 01 do CNJ, haja vista que atualmente cumpriu apenas 90,91% da mesma.

Recomendações: A unidade judiciária deve envidar todos os esforços necessários a fim de dar cumprimento à Meta 01 do CNJ, e, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da cópia do presente relatório, informar a esta CJCI sobre as medidas adotadas e os resultados até então obtidos.

9.2 - META 2 – Julgar processos mais antigos (80% dos processos distribuídos até 31/12/2012 no 1º grau). Excluir: 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012.

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Devido à grande quantidade de processos em tramitação, e o reduzido número de servidores, a marcha processual torna-se inadequadamente lenta, inviabilizando o cumprimento da Meta em destaque.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao portal das metas nacionais do TJPA, verificou-se que unidade judiciária não vem cumprindo a Meta 02 do CNJ, haja vista que atualmente cumpriu apenas 07,94% da mesma.



Recomendações: A unidade judiciária deve envidar todos os esforços necessários a fim de dar cumprimento à Meta 02 do CNJ, e, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da cópia do presente relatório, informar a esta CJCI sobre as medidas adotadas e os resultados até então obtidos.

9.3 - META 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013).

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: São priorizados referidos temas processuais, contudo, devido a carência no quadro de servidores e a necessidade de cumprimento de diligências em diversos órgãos judiciais, os julgamentos não atingiram as metas.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao portal das metas nacionais do TJPA, verificou-se que unidade judiciária não vem cumprindo a Meta 04 do CNJ, haja vista possuir 26 (vinte e seis) processos nessa situação, e não haver julgado qualquer um deles, alcançando, dessa forma, a taxa de 0,00% da referida meta.

Recomendações: A unidade judiciária deve envidar todos os esforços necessários a fim de dar cumprimento à Meta 04 do CNJ, e, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da cópia do presente relatório, informar a esta CJCI sobre as medidas adotadas e os resultados até então obtidos.

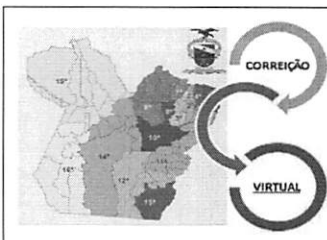
9.4 - META 6 – Priorizar o julgamento de 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º grau.

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: São priorizados referidos temas processuais, contudo, devido a carência no quadro de servidores e a necessidade de cumprimento de diligências em diversos órgãos judiciais, os julgamentos não atingiram as metas.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao portal das metas nacionais do TJPA, verificou-se que unidade judiciária não vem cumprindo a Meta 06 do CNJ, haja

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'S' followed by a horizontal line and a small flourish.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

vista possuir 31 (trinta e um) processos nessa situação, e haver julgado apenas 02 (dois), alcançando, dessa forma, a taxa de 10,75% da referida meta.

Recomendações: A unidade judiciária deve envidar todos os esforços necessários a fim de dar cumprimento à Meta 06 do CNJ, e, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da cópia do presente relatório, informar a esta CJCI sobre as medidas adotadas e os resultados até então obtidos.

10. REALIZAÇÃO DE CORREIÇÃO ANUAL

10.1 - É cumprido o art. 11 do Prov. 004/2001? (Realização de Correição Anual na UJ, pelo Juiz de Direito).

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Devido a movimentação de magistrados por remoção e merecimento, a última Correição na Unidade foi realizada em março de 2015.

Avaliação da questão pela CJCI: Verificou-se que a última Correição Anual na unidade judiciária foi realizada no ano de 2015.

Recomendações: A unidade judiciária deve realizar anualmente Correição Ordinária, a teor do que dispõe o art. 11, do Provimento nº 004/2001-CJCI.

11. QUADRO FUNCIONAL

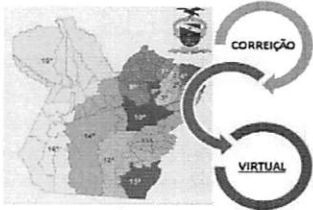
11.1 - Quem são os colaboradores da Secretaria e do Gabinete? (Anexar a lista do quadro funcional da UJ).

Resposta da UJ: Lista Anexa.

Complementação: Relação do Quadro Funcional da Comarca de Tucumã:

SECRETARIA:

- 1- MANOEL VARGAS LUCINDO – Analista Judiciário – Diretor de Secretaria;
- 2- WELLINGTON DA SILVA LISBOA – Analista Judiciário;
- 3- THAYS DANIELLA SÁ SILVA – Auxiliar Judiciária;



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

- 4- ANGRA PEREIRA MOTA – Servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Tucumã;
- 5- IVANÉIA RODRIGUES CAMINHAS DE SOUSA – Servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Tucumã;
- 6- LUCIVÂNIA LIMA DE OLIVEIRA – Servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Tucumã;
- 7- JESSIE SCHIMIDT MENEZES – Servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Tucumã.

GABINETE:

- 1- SARA CRISTINA RODRIGUES DE FREITAS – Assessora de Juiz;
- 2- ZELIANE SOUSA SANTOS – Servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Tucumã.

OUTROS SETORES:

- 1- RENATO OLÍMPIO DE SOUSA ARAÚJO – Oficial de Justiça – Central de Mandados;
- 2- AGNALDO ALVES DA SILVA – Servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Tucumã – Central de Mandados.
- 3- LORENA LUCENA VASCONCELOS CAMPIONE – Analista Judiciária – Chefe da UNAJ.

Avaliação da questão pela CJCI: Verifica-se que o número de servidores lotados na unidade judiciária é compatível com o seu acervo processual.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

12. SISTEMAS CNJ

12.1 - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade, são inseridos e atualizados regularmente?



Resposta da UJ: Prejudicado.

Complementação: No período, não houve condenação nos termos mencionados.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao portal das metas nacionais do TJPA, verificou-se não haver condenações por Ato de Improbidade Administrativa ou por Ato que Implique Inelegibilidade na unidade judiciária correccionada, nos anos de 2016 a 2018.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

12.2 - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Os dados não foram cadastrados pelo último magistrado que respondeu na comarca, contudo, já lhe foi orientado quanto a obrigatoriedade de preenchimento das informações.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao sistema verificou-se pendências na alimentação de dados referentes aos meses de janeiro, março, abril, maio, junho, novembro e dezembro do ano de 2017; e aos meses de janeiro, abril, maio, junho e julho do ano de 2018.

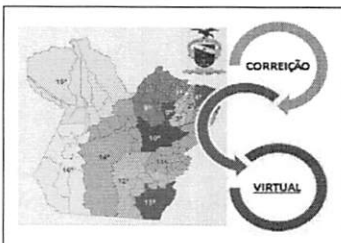
Unidade: Delegacia de Polícia do Município de Tucumã.

Recomendações: O magistrado deve fazer o cadastro das inspeções realizadas nos estabelecimentos penais no sistema respectivo. Ressalta-se que a inspeção em estabelecimentos penais é um dos requisitos de avaliação e critério objetivo para a aferição de merecimento para a promoção de magistrados, conforme preceituam o art. 7º, I, item "g", da Resolução nº 106, do CNJ, e art. 16, I, item "f", da Resolução nº 012/2011-GP/TJPA.

12.3 - Os dados do Sistema Nacional de Bens Apreendidos, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Nacional de Bens Apreendidos, foram encontrados registros de mais de mil bens cadastrados, sendo que os mais recentes referem-se a processos dos anos de 2017 e 2018, o que leva a crer que o referido sistema vem sendo frequentemente alimentado.

Recomendações: O Sistema Nacional de Bens Apreendidos foi instituído através da Resolução nº 63/2008, do CNJ, que dispõe, em seu art. 2º, que todos os bens apreendidos devem ser cadastrados no respectivo sistema, sendo obrigatória a indicação do valor estimado ou resultante de avaliação, em caso de bens imóveis, veículos automotores, aeronaves, embarcações e moedas em espécie.

12.4 - Os dados do Sistema Nacional de Controle de Interceptações, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Em decorrência do desconhecimento da obrigatoriedade de inserção dos dados, as interceptações autorizadas deixaram de ser inseridas.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao sistema verificou-se pendências na alimentação de dados referentes a todos os meses do ano de 2017, à exceção do registro de uma interceptação deferida no mês de maio. Há pendências também na alimentação de dados referentes aos meses de janeiro a julho do ano de 2018.

Recomendações: A alimentação desse sistema é obrigatória, mesmo não havendo interceptação no mês em referência. Deve o magistrado fazer o cadastro no Sistema Nacional de Controle de Interceptações do CNJ, relativamente aos meses em que estiver em atuação na unidade judiciária (Resolução nº 089-CNJ).

12.5 - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Adoção, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.



Avaliação da questão pela CJCI: Não há crianças aptas à adoção, havendo, contudo, 08 (oito) pretendentes habilitados à adoção cadastrados na Comarca de Tucumã.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

12.6 - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao sistema, verificou-se o registro de 13 cadastros efetuados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

12.7 - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Prejudicado.

Complementação: Na Comarca, não existe unidade de internação e semiliberdade

Avaliação da questão pela CJCI: Verificou-se que não há unidade de internação e semiliberdade na Comarca de Ourilândia do Norte.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

Belém, 27 de agosto de 2018.

José Antônio Ferreira Cavalcante

Juiz Auxiliar da CJCI

Carlos Pinto Jr.
Carlos Pinto da Silva Jr.

Servidor da CJCI